



<b>PROCESSO N.º</b>	<b>8.971-0/2022</b>
<b>DATA DO PROTOCOLO</b>	<b>12/4/2023</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA</b>
<b>PREFEITO</b>	<b>JOÃO MACHADO NETO</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2022</b>
<b>RELATOR</b>	<b>WALDIR JÚLIO TEIS</b>

## Sumário

<b>I.</b>	<b>RELATÓRIO .....</b>	<b>3</b>
<b>1.</b>	<b>DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO .....</b>	<b>6</b>
<b>1.1.</b>	<b>PLANO PLURIANUAL – PPA .....</b>	<b>6</b>
<b>1.2.</b>	<b>LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO .....</b>	<b>6</b>
<b>1.3.</b>	<b>LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA.....</b>	<b>7</b>
<b>2.</b>	<b>RECEITA CONSOLIDADA .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1.</b>	<b>RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA .....</b>	<b>13</b>
<b>3.</b>	<b>DESPESA CONSOLIDADA .....</b>	<b>14</b>
<b>4.</b>	<b>RESTOS A PAGAR .....</b>	<b>15</b>
<b>4.1.</b>	<b>QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR - QIRP .....</b>	<b>16</b>
<b>4.2.</b>	<b>QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA - QDF.....</b>	<b>16</b>
<b>4.3.</b>	<b>QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA – QSF .....</b>	<b>16</b>
<b>5.</b>	<b>LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS .....</b>	<b>17</b>
<b>5.1.</b>	<b>EDUCAÇÃO - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E FUNDEB .....</b>	<b>17</b>
<b>5.2.</b>	<b>SAÚDE .....</b>	<b>18</b>
<b>5.3.</b>	<b>PESSOAL .....</b>	<b>18</b>
<b>5.3.1.</b>	<b>LIMITES LEGAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>5.3.1.1.</b>	<b>PODER EXECUTIVO .....</b>	<b>18</b>
<b>5.3.1.2.</b>	<b>PODER LEGISLATIVO .....</b>	<b>18</b>
<b>5.3.1.3.</b>	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL .....</b>	<b>19</b>
<b>5.4.</b>	<b>REPASSES AO LEGISLATIVO .....</b>	<b>19</b>
<b>5.5.</b>	<b>SÍNTESE DA OBSERVÂNCIA DOS PRINCIPAIS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.....</b>	<b>19</b>
<b>6.</b>	<b>DÍVIDA PÚBLICA .....</b>	<b>20</b>
<b>7.</b>	<b>ASPECTOS PREVIDENCIÁRIOS .....</b>	<b>20</b>
<b>7.1.</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DOS SEGURADOS .....</b>	<b>20</b>
<b>7.2.</b>	<b>PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS .....</b>	<b>21</b>
<b>7.3.</b>	<b>CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP .....</b>	<b>21</b>
<b>8.</b>	<b>CONCLUSÃO DA SECEX.....</b>	<b>21</b>
<b>8.1.</b>	<b>RELATÓRIO TÉCNICO DE DEFESA DAS CONTAS DE GOVERNO .....</b>	<b>22</b>





9.	PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS .....	23
----	---	----





<b>DATA DO PROTOCOLO</b>	<b>12/4/2023</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA</b>
<b>PREFEITO</b>	<b>JOÃO MACHADO NETO</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2022</b>
<b>RELATOR</b>	<b>WALDIR JÚLIO TEIS</b>

## **I. RELATÓRIO**

1. Trata-se das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, exercício de 2022, sob a responsabilidade do Senhor João Machado Neto, Prefeito Municipal (Ordenador de Despesas), prestadas a este Tribunal com fundamento no art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988); no art. 210, I, da Constituição Estadual; nos arts. 1º, I, e 26 da Lei Complementar n.º 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT); no art. 5º, I, da Lei Complementar n.º 752/2022 (Código de Processo de Controle Externo do TCE/MT), nos arts. 1º, I, e 185 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – RI-TCE/MT, aprovado pela Resolução Normativa n.º 16/2021.

2. A contabilidade do Município esteve sob a responsabilidade do Sr. Josimar Pires da Silva – CRC/MT n.º 009127/0-3/MT no período de 1º/1/2022 a 31/12/2022.

3. O Controle Interno foi exercido pelo Auditor Público Interno, Sr. Welton Magnone Oliveira dos Santos no período de 1º/1/2022 a 31/12/2022.

4. O parecer da unidade de controle interno indicou que acompanhou todos os atos do município no ano de 2022, e não encontrou nada de relevante que merecesse destaque, opinando pela aprovação das contas anuais de governo<sup>1</sup>.

5. Do Relatório Técnico Preliminar elaborado pela Secex<sup>2</sup>, extrai-se ainda o registro dos seguintes dados acerca das Contas Anuais de Governo sob análise:

6. Quanto às características do Município de Nova Xavantina:

<b>Data da Criação do Município</b>	<b>3/3/1980</b>
<b>Área Geográfica (2022)</b>	<b>5.491,97 km<sup>2</sup></b>
<b>Distância Rodoviária do Município à Capital</b>	<b>661 km</b>

<sup>1</sup> Sistema Aplic – Prestação de Contas.

<sup>2</sup> Relatório Técnico Preliminar n.º 215184/2023.





**População do Município IBGE- 2022**

**24.345**

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 215184/2023, fl. 6 e Cidades-IBGE-Panorama (acesso: 21/9/2023).

7. Antes de adentrar na análise das contas anuais, trago algumas informações históricas e econômicas do município em análise.
8. Em 1.943, ocorreu a penetração da expedição Roncador-Xingu. A expedição comandada pelo coronel Flaviano de Matos Vanique, alardeava a Marcha para o oeste, de Getúlio Vargas, mas escondia o projeto de trasladar a capital do Brasil do Rio de Janeiro para um quadrilátero na bacia fluvial do Xingu, se assim fosse necessário.
9. A Capital Federal, Rio de Janeiro, com o afundamento de navios brasileiros durante a II Grande Guerra, mostrava-se exposta demais a um ataque inimigo. Sem muitas defesas eficientes.
10. No dia 14 de abril de 1944, o coronel Vanique lançou a pedra fundamental de Xavantina, na margem direita do rio das Mortes. O nome homenageava ao povo indígena xavante. No dia 25 de maio, o próprio Presidente Getúlio Vargas visitou Xavantina com seleta comitiva, destacando-se o Ministro do Exército, o cuiabano general Eurico Gaspar Dutra.
11. A par dessa investida, pretendeu a Fundação Brasil Central fazer assentamento agrário na região. O projeto não evoluiu. Os colonos insatisfeitos debandaram, tornando-se posseiros pelo leste e norte mato-grossense. Novo incremento só se verificou após 1950.
12. A Lei nº 2.059, de 14 de dezembro de 1963, criou o distrito com sede no sítio de Xavantina, mas com a denominação de Ministro João Alberto.
13. Através da Lei nº 3.759, de 29 de junho de 1976, se criou o distrito de Nova Brasília, com sede na margem esquerda do Rio das Mortes, em frente ao distrito Ministro João Alberto, formando-se, na prática, uma só comunidade dividida pelo rio.
14. Quando a região progrediu e chegou o momento da criação do município, as duas sedes distritais lutaram pelo nome. Apaziguaram-se os ânimos com a escolha de nome conciliador. De Nova Brasília se tomou o termo Nova, e se lhe agregou o de Xavantina. O município foi nomeado de Nova Xavantina e criado no dia 3 de março de 1980 pela lei estadual nº 4.176, de autoria do Deputado Estadual Ricardo Corrêa.





15. A seguir, informações de Indicadores Públicos e Dados Estatísticos:

População Censo 2010	População Censo 2022	Densidade demográfica hab/km²	Escolarização 6 a 14 anos % 2010	IDHM - 2010
19.643	24.345	4,43	97,6	0,704

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-xavantina/panorama> (acesso: 21/09/23)

Mortalidade infantil óbitos p/mil nascidos vivos (2020)	Receitas realizadas – R\$ (x 1.000) 2017	Despesas empenhadas – R\$ (x1.000) 2017	PIB Per capita – R\$ (2020)
12,38	59.140,03	47.789,45	42.239,09

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-xavantina/panorama> (acesso: 21/09/23)

16. O município apresentou no exercício de 2021, o **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental**, conforme quadros abaixo:

**IDEB – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA – 2021) – 5,8**  
**IDEB – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA – 2021) – 4,5**

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-xavantina/panorama> (acesso: 13/9/23)

17. O IDEB do município está superior à média do Estado de Mato Grosso nos anos iniciais e inferior à média nos anos finais do ensino fundamental, conforme desempenho referente ao ano de 2021, abaixo apresentados:

**IDEB – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA – 2021) – 5,5**  
**IDEB – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA – 2021) – 4,9**

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama> (acesso: 13/9/23)

18. Em relação ao IDEB, referente aos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, o município está superior à média brasileira nos anos iniciais e inferior à média nos anos finais, conforme discriminado:

**IDEB – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA – 2021) – 5,5**  
**IDEB – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA – 2021) – 4,8**

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama> (acesso: 13/9/23)

19. Quanto aos Pareceres Prévios emitidos por este Tribunal no período de 2018 a 2021, destacam-se as seguintes informações:

Exercício de 2018	Relator: Auditor Substituto de Conselheiro João Batista Camargo	Parecer Prévio Favorável à aprovação
Exercício de 2019	Relator: Conselheiro Antonio Joaquim	Parecer Prévio Favorável à aprovação
Exercício de 2020	Relator: Conselheiro Antonio Joaquim	Parecer Prévio Favorável à aprovação
Exercício de 2021	Relator: Conselheiro Waldir Júlio Teis	Parecer Prévio Favorável à aprovação

Fonte: Sistema Control-P – TCE/MT.





## **1. DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO**

### **1.1. Plano Plurianual – PPA**

20. O Plano Plurianual (PPA) do Município de Nova Xavantina/MT, para o quadriênio de 2022 a 2025, foi instituído pela Lei n.º 2.332/2021, de 14 de dezembro de 2021, e protocolado neste Tribunal em 16/12/2021, sob o n.º 821306/2021, cumprindo o disposto no art. 171, II, do Regimento Interno do TCE/MT.

21. Segundo dados do Sistema Aplic, o PPA foi alterado pela Lei nº 2.372, de 18 de fevereiro de 2022.

### **1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**

22. A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município (LDO), para o exercício de 2022, foi instituída pela Lei n.º 2.333/2021, de 14/12/2021, e encaminhada a este Tribunal em 16/12/2021, conforme o Protocolo n.º 821314/2021, em cumprimento ao disposto no art. 171, II, do Regimento Interno do TCE/MT, que determina o prazo final para seu encaminhamento até 31 de dezembro do ano em que foi votada.

1) As metas fiscais de resultado nominal e primário foram previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF), conforme consta do no Anexo de Metas Fiscais da LDO (doc. digital nº 279188/2021, folha 24).

2) A LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF), conforme consta no artigo 25 da LDO (doc. digital 279188/2021, fl.8).

3) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LDO, conforme determina o art. 48, § 1º, inc. I da LRF, conforme edital e cópia, cópia tela do site da prefeitura do dia da audiência e ata (doc. digital 279188/2021, folha 48/55).

4) Houve divulgação/publicidade da LDO nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 37, CF e art. 48, LRF. A LDO foi publicada no Jornal dos Municípios, conforme cópia (documento digital nº 279188/2021 (fls.60/64) e no Portal Transparência do Município, conforme arquivo no endereço [https://transparencia.betha.cloud/#/vsosj\\_6ujbgJOmYURVPviQ==/consulta/29412/file:///C:/Users/eliam/Downloads/LDO%20COM%20ANEXOS.pdf](https://transparencia.betha.cloud/#/vsosj_6ujbgJOmYURVPviQ==/consulta/29412/file:///C:/Users/eliam/Downloads/LDO%20COM%20ANEXOS.pdf).

5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF (doc. digital nº 279188/2021, folha 44).

6) Consta da LDO o percentual 6% para a Reserva de Contingência, conforme art 28, documento digital nº 279188/2021, folha 8.





7) Autorização na LDO para transposição, remanejamento ou transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro. Autorização na LDO para transposição, remanejamento ou transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro na LDO sem o estabelecimento de limites. FB99.

### 1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA

23. A Lei Orçamentária Anual – LOA do Município, para o exercício de 2022, foi instituída pela Lei n.º 2.334/2021, de 14/12/2021, foi protocolada neste Tribunal em 17/12/2021, sob o n.º 821390/2021, em cumprimento ao disposto no art. 171, I, do Regimento Interno do TCE/MT, que determina o prazo final de envio dessa peça de planejamento até 15 de janeiro de cada ano.

24. No Relatório Técnico Preliminar, consta que a LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 120.380.000,00** (cento e vinte milhões, trezentos e oitenta mil reais), considerando o valor do Orçamento Fiscal, no montante de **R\$ 82.441.800,00** (oitenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e oitocentos reais), e da Seguridade Social, no total de **R\$ 37.938.200,00** (trinta e sete milhões, novecentos e trinta e oito mil e duzentos reais).

25. Acerca da elaboração da LOA, a Secex mencionou que:

1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos (art. 165, § 5º da CF) conforme consta do artigo 5º da Lei 2.334/2021.

2) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LOA, em atendimento ao art. 48, § 1º, inc. I da LRF, conforme edital, cópia de tela do site da prefeitura do dia da audiência e ata encaminhada pelo jurisdicionado (doc. digital 279255/2021, folha 135/142).

3) Houve divulgação/publicidade da LOA nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 37, CF e art. 48, LRF.

A LOA foi publicada no Jornal dos Municípios, conforme doc. digital nº 279255/2021, fls. 143/146 e foi disponibilizada

no Portal Transparência do município, no endereço eletrônico [https://transparencia.betha.cloud/#!/vsosj\\_6ujbgJOmYURVPviQ==/consulta/29412/fil e:///C:/Users/eliem/Downloads/LOA%20COM%20ANEXOS](https://transparencia.betha.cloud/#!/vsosj_6ujbgJOmYURVPviQ==/consulta/29412/fil e:///C:/Users/eliem/Downloads/LOA%20COM%20ANEXOS).

4) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF/1988)







26. A LOA/2022 estabeleceu o limite de até 20% (vinte por cento) da despesa fixada, conforme demonstrado a seguir:

**Seção III**  
**Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares**

**Art. 6º** Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% da sua despesa total fixada, no curso da execução orçamentária, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial ou total de suas dotações;

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações

orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

§ 1º As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

§ 2º Não integram os limites de abertura de créditos suplementares aqueles decorrentes de excesso de arrecadação do exercício e superávit financeiro do exercício anterior, ficando autorizada a abertura de créditos suplementares com os referidos recursos.

27. Posteriormente, a Lei nº 2.464/2022, de 8/11/2022, alterou o art. 6º da LOA e autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa fixada, conforme abaixo. Contudo, a referida legislação não foi enviada ao Sistema Aplic.

**Art. 1º** O inciso I do art. 6º da Lei Municipal n.º 2.334, de 14 de dezembro de 2021 passam a vigorar com as seguintes redações:

“ .....

**Art. 6º** .....

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 25% da sua despesa total fixada, no curso da execução orçamentária, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

.....”

28. Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.







ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 120.380.000,00	R\$ 72.013.592,47	R\$ 11.373.205,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.303.827,80	R\$ 168.462.970,57	39,94%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	59,82%	9,44%	0,00%	0,00%	29,32%	139,94%	-

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

Fonte: Relatório Técnico Preliminar. Documento Digital nº 215184/2023, pg. 15.

29. A Secex informou ainda que o Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc nº 105141/2023, pg. 16) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de **R\$ 165.210.116,49** (cento e sessenta e cinco milhões, duzentos e dez mil, cento e dezesseis reais e quarenta e nove centavos), valor inferior ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas, conforme informações do Sistema Aplic.

30. Considerando a obrigatoriedade de envio de todas as alterações orçamentárias e suas respectivas autorizações nas prestações de contas mensais encaminhadas ao TCE-MT, a Secex concluiu pela existência de registros contábeis incorretos que comprometeram a consistência do Balanço Orçamentário.

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2022	R\$ 120.380.000,00	R\$ 83.386.798,37	69,27%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital nº 215184/2023, pg. 16.

31. De acordo com o quadro acima, constata-se que as alterações orçamentárias em 2022 totalizaram 69,27% () do Orçamento Inicial.

32. Na tabela a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 35.594.826,73
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 29.704.493,14
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 17.461.400,35

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital nº 215184/2023, pg. 16.





RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 626.078,15
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
<b>TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	<b>R\$ 83.386.798,37</b>

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital nº 215184/2023, p. 17.

33. A partir da análise das alterações orçamentárias, a Secex informou que por meio de créditos adicionais, constatou-se o seguinte da amostra aleatória definida constante no Apêndice C:

1) Não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (art. 167, inc. VII, CF). A LOA estabeleceu em seu artigo 6º, o limite de 20% para abertura de créditos suplementares, e posteriormente a Lei 2464/2022 (Apêndice B) alterou esse percentual para 25% da despesa fixada na LOA;

2) Os créditos adicionais suplementares foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo, exceto, os abertos pelos Decretos nºs 04836/2022, 04838/2022, 04841/2022, 04845/2022, 05852/2022, 04853/2022, 04860/2022, 04950/2022, 04952/2022, 04954/2022, 04956/2022, 04957/2022 no valor total de R\$ 4.068.224,85, que excederam o valor autorizado na LOA e alterações (art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64). FB02.

34. A Secex verificou ainda que o Poder Executivo aprovou as seguintes leis para a abertura de créditos adicionais:

1) a Lei Municipal nº 2.334/2021, que aprovou o orçamento para o exercício de 2022, estimou a receita e fixou a despesa no valor de R\$ 120.380.000,00, conforme consta em seu artigo 2º. A mesma lei, em seu artigo 6º, autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares, por anulação, até o limite de 20% do orçamento. Posteriormente a Lei 2.464/2022 de 08 de novembro de 2022, alterou esse limite para 25% da LOA. Cabe destacar que o artigo 6º da Lei dispõe que no limite de 25% não serão considerados os créditos abertos por excesso de arrecadação e por superávit financeiro do exercício anterior. Assim, corresponde a uma permissão para abrir créditos suplementares por anulação até o valor de R\$ 30.095.000,00

2) as Leis 2.372/2022, 2.389/2022, 2.397/2022, 2.404/2022, 2.454/202, 2.468/2022 e 2.477/2022 autorizaram a abertura de créditos suplementares, no total de R\$ 3.440.909,46, conforme demonstrado no Apêndice D.

3) Os créditos adicionais especiais foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo, conforme estabelece o art. 167, inc. V, CF; art. 42, Lei nº 4.320/64.

4) Na abertura do crédito adicional especial assegurou-se a compatibilidade com a LDO (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF).





5) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964). FB03.

6) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. IV da Lei nº 4.320/1964).

7) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964). FB03.

8) Não houve abertura de créditos adicionais sem indicação de recursos orçamentários objeto da anulação parcial ou total de dotações. (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. III da Lei nº 4.320/1964)

9) Remanejamento, transposição e transferência de créditos orçamentários sem que a LDO tenha estabelecido limites. Remanejamento, transposição e transferência de créditos orçamentários sem que LDO tenha estabelecido limites. FB99.

10) Divergências nas informações do orçamento. Existe divergência entre o valor do orçamento final quando se compara o apresentado no balanço orçamentário da prefeitura com o informado no sistema Aplic. MC03.

## 2. RECEITA CONSOLIDADA

35. De acordo com o Relatório Técnico Preliminar, a receita total arrecadada pelo município foi de **R\$ 127.690.811,71** (cento e vinte e sete milhões, seiscentos e noventa mil, oitocentos e onze reais e setenta e um centavos), sendo que, desse valor, deve ser deduzido o total de **R\$ 12.016.389,60** (doze milhões, dezesseis mil, trezentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), sendo **R\$ 10.511.810,00** (dez milhões, quinhentos e onze mil e oitocentos e dez reais) correspondentes ao FUNDEB e **R\$ 1.504.579,60** (um milhão, quinhentos e quatro mil e quinhentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) referentes a outras deduções, culminando com a receita líquida no montante de **R\$ 115.674.422,11** (cento e quinze milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e dois reais e onze centavos), exceto a receita corrente intraorçamentária, conforme se observa no demonstrativo do resultado da arrecadação orçamentária por subcategoria econômica da receita, abaixo:





**Quadro 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita**

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
<b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 136.061.669,07</b>	<b>R\$ 124.153.252,74</b>	<b>91,24%</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 18.998.755,91	R\$ 21.024.282,14	110,66%
Receita de Contribuições	R\$ 11.016.966,05	R\$ 7.901.936,04	71,72%
Receita Patrimonial	R\$ 2.146.602,29	R\$ 2.028.798,18	94,51%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 196.230,94	R\$ 267.005,00	136,06%
Transferências Correntes	R\$ 101.582.113,88	R\$ 91.617.677,07	90,19%
Outras Receitas Correntes	R\$ 2.121.000,00	R\$ 1.313.554,31	61,93%
<b>II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 24.049.824,07</b>	<b>R\$ 3.537.558,97</b>	<b>14,70%</b>
Operações de Crédito	R\$ 1.300.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 230.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 22.519.824,07	R\$ 3.537.558,97	15,70%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 160.111.493,14</b>	<b>R\$ 127.690.811,71</b>	<b>79,75%</b>
<b>IV - DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-R\$ 10.027.000,00</b>	<b>-R\$ 12.016.389,60</b>	<b>119,84%</b>
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 8.800.000,00	-R\$ 10.511.810,00	119,45%
Renúncias de Receita	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Deduções	-R\$ 1.227.000,00	-R\$ 1.504.579,60	122,62%
<b>IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)</b>	<b>R\$ 150.084.493,14</b>	<b>R\$ 115.674.422,11</b>	<b>77,07%</b>
<b>V - Receita Corrente Intraorçamentária</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 5.180.617,64</b>	<b>0,00%</b>
<b>VI - Receita de Capital Intraorçamentária</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 150.084.493,14</b>	<b>R\$ 120.855.039,75</b>	<b>80,52%</b>

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital nº 215184/2023, pg. 88.

36. A receita líquida efetivamente arrecadada no valor de **R\$ 115.674.422,11** (cento e quinze milhões, seiscientos e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e dois reais e onze centavos), exceto a intraorçamentária, revela arrecadação inferior à receita prevista de **R\$ 150.084.493,14** (cento e cinquenta milhões, oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais e quatorze centavos), demonstrando um déficit de arrecadação correspondente a **22,92** (vinte e dois inteiros e noventa e dois centésimos percentuais) do valor estimado, conforme demonstrado no item 1 - Quociente de execução da receita - QER:

**1) Quociente de execução da receita (QER)**

A	PA_RECEITA_LÍQUIDA_PREVISTA	R\$ 150.084.493,14
B	VA_RECEITA_LÍQUIDA_ARRECADADA	R\$ 115.674.422,11
QER	B/A	0,7707

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 215184/2023, pg. 30.





## 2.1. Receita Tributária Própria

37. O valor arrecadado a título de receita tributária própria em 2022 foi de **R\$ 19.521.819,09** (dezenove milhões, quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e dezenove reais e nove centavos), o que corresponde a **15,72%** (quinze inteiros e setenta e dois centavos) do total da receita corrente.

38. Nesse caso, nota-se que, em termos percentuais, a participação da receita própria em relação ao total da receita corrente deste ano teve um decréscimo percentual, quando comparada à receita do ano anterior, a qual representou **16,85%** (dezesesseis inteiros e oitenta e cinco centésimos percentuais). Porém, deve-se registrar que em termos nominais a receita própria teve um aumento de **7,59%** (sete inteiros e cinquenta e nove centésimos percentuais).

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 126.034.669,07	R\$ 112.136.863,14	88,97%

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital nº 215184/2023, Pg. 89.

Origens das Receitas	2018	2019	2020	2021	2022
Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	R\$ 61.811.791,42	R\$ 77.418.099,00	R\$ 93.786.742,15	R\$ 106.506.205,69	R\$ 120.855.039,75
Receita Tributária Própria	R\$ 10.242.110,91	R\$ 11.922.836,24	R\$ 12.977.387,05	R\$ 18.143.632,99	R\$ 19.521.819,09
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	15,99%	16,38%	15,44%	16,85%	15,72%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	16,08%				

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital nº 215184/2023, Pg. 24.

39. A tabela a seguir apresenta a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2018 a 2022, destacando-se, individualmente, os impostos:







Origens das Receitas	2018	2019	2020	2021	2022
<b>RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)</b>	<b>R\$ 64.039.057,25</b>	<b>R\$ 72.770.295,70</b>	<b>R\$ 84.031.224,97</b>	<b>R\$ 107.651.748,16</b>	<b>R\$ 124.153.252,74</b>
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 11.093.139,51	R\$ 13.293.723,71	R\$ 14.155.568,36	R\$ 19.248.463,28	R\$ 21.024.282,14
Receita de Contribuição	R\$ 4.155.066,96	R\$ 4.961.290,92	R\$ 5.636.063,17	R\$ 6.605.132,07	R\$ 7.901.936,04
Receita Patrimonial	R\$ 1.016.620,20	R\$ 86.887,22	R\$ 44.934,11	R\$ 465.174,20	R\$ 2.028.798,18
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 199.970,01	R\$ 34.456,00	R\$ 700,00	R\$ 29.700,00	R\$ 267.005,00
Transferências Correntes	R\$ 47.163.618,67	R\$ 54.213.387,47	R\$ 64.117.912,77	R\$ 81.226.293,40	R\$ 91.617.677,07
Outras Receitas Correntes	R\$ 410.641,90	R\$ 180.550,38	R\$ 76.046,56	R\$ 76.985,21	R\$ 1.313.554,31
<b>RECEITAS DE CAPITAL (Exceto intra)</b>	<b>R\$ 897.389,18</b>	<b>R\$ 8.410.282,36</b>	<b>R\$ 10.767.724,95</b>	<b>R\$ 3.723.963,85</b>	<b>R\$ 3.537.558,97</b>
Operações de crédito	R\$ 0,00	R\$ 2.387.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.500.000,00	R\$ 0,00
Alienação de bens	R\$ 0,00	R\$ 60.400,00	R\$ 67.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 215184/2023, pg. 23.

### 3. DESPESA CONSOLIDADA

40. A Secex informou que, para o exercício de 2022, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de **R\$ 168.462.970,57** (cento e sessenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, novecentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos), sendo realizado (empenhado) o montante de **R\$ 129.608.844,36** (cento e vinte e nove milhões, seiscentos e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos), liquidado **R\$ 128.508.844,36** (cento e vinte e oito milhões, quinhentos e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos) e paga **R\$ 126.049.012,62** (cento e vinte e seis milhões, quarenta e nove mil, doze reais e sessenta e dois centavos).

41. No período de 2018 a 2022, a série histórica das despesas orçamentárias do Município revela um aumento das despesas realizadas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Grupo de despesas	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Despesas correntes</b>	<b>R\$ 51.092.110,13</b>	<b>R\$ 55.212.385,25</b>	<b>R\$ 61.142.641,63</b>	<b>R\$ 75.219.069,70</b>	<b>R\$ 107.873.082,14</b>
<b>Pessoal e encargos sociais</b>	<b>R\$ 27.429.260,36</b>	<b>R\$ 30.410.401,03</b>	<b>R\$ 34.215.249,98</b>	<b>R\$ 37.352.887,04</b>	<b>R\$ 52.240.423,99</b>
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 79.340,08</b>	<b>R\$ 65.554,41</b>	<b>R\$ 660.360,97</b>







Grupo de despesas	2018	2019	2020	2021	2022
Outras despesas correntes	R\$ 23.662.849,77	R\$ 24.801.984,22	R\$ 26.848.051,57	R\$ 37.800.628,25	R\$ 54.972.297,18
Despesas de Capital	R\$ 9.416.352,91	R\$ 8.795.048,77	R\$ 20.330.668,71	R\$ 14.102.551,45	R\$ 15.111.104,77
Investimentos	R\$ 8.683.442,02	R\$ 7.611.245,41	R\$ 19.321.965,88	R\$ 13.074.409,22	R\$ 13.307.206,48
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 732.910,89	R\$ 1.183.803,36	R\$ 1.008.702,83	R\$ 1.028.142,23	R\$ 1.803.898,29
Total Despesas Exceto Intra	R\$ 60.508.463,04	R\$ 64.007.434,02	R\$ 81.473.310,34	R\$ 89.321.621,15	R\$ 122.984.186,91
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 2.374.525,89	R\$ 3.154.506,92	R\$ 5.880.011,70	R\$ 5.580.202,64	R\$ 6.624.657,45
Total das Despesas	R\$ 62.882.988,93	R\$ 67.161.940,94	R\$ 87.353.322,04	R\$ 94.901.823,79	R\$ 129.608.844,36
Variação - %		6,80%	30,06%	8,64%	36,57%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 215184/2023, pg. 29.

#### 4. RESTOS A PAGAR

42. A Secex informou que, ao final do exercício de 2022, ficaram inscritos em Restos a Pagar o montante de **R\$ 3.559.831,74** (três milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos). Desse valor, **R\$ 1.100.000,00** (um milhão e cem mil reais) referem-se aos Restos a Pagar Não Processados e **R\$ 2.459.831,74** (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos) aos Restos a Pagar Processados.

43. Verifica-se, no quadro a seguir, que havia um saldo de restos a pagar Não Processados e Processados de exercícios anteriores no montante de **R\$ 767.371,65** (setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

44. Assim, houve um aumento correspondente a **363,89%** (trezentos e sessenta e três inteiros e oitenta e nove centésimos percentuais) nos restos a pagar processados/não processados em relação ao saldo de exercícios anteriores.





#### Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercicio	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2021	R\$ 294.618,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 176.301,66	R\$ 118.317,20	R\$ 0,00
2022	R\$ 0,00	R\$ 1.100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.100.000,00
	R\$ 294.618,86	R\$ 1.100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 176.301,66	R\$ 118.317,20	R\$ 1.100.000,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2021	R\$ 472.752,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 472.752,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2022	R\$ 0,00	R\$ 2.459.831,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.459.831,74
	R\$ 472.752,79	R\$ 2.459.831,74	R\$ 0,00	R\$ 472.752,79	R\$ 0,00	R\$ 2.459.831,74
TOTAL	R\$ 767.371,65	R\$ 3.559.831,74	R\$ 0,00	R\$ 649.054,45	R\$ 118.317,20	R\$ 3.559.831,74

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 215184/2023, pg. 109

#### 4.1. Quociente de inscrição de Restos a Pagar - QIRP

45. Para cada **R\$ 1,00** (um real) inscrito de despesa empenhada, houve inscrição de **R\$ 0,02** (dois centavos) em restos a pagar no exercício, conforme cálculo do QIRP abaixo:

A	TOTAL DESPESAS - EXECUTADO	R\$ 129.608.844,36
B	B_TOTAL_INSCRIÇÃO	R\$ 3.559.831,74
QIRP	B/A	0,0274

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 215184/2023, pg. 37.

#### 4.2. Quociente de Disponibilidade Financeira - QDF

46. Da análise do Quociente de Disponibilidade Financeira – Exceto RPPS – para pagamento de restos a pagar, nota-se que, para cada **R\$ 1,00** (um real) de restos a pagar Processados e Não Processados, há **R\$ 3,28** (três reais e vinte e oito centavos) de disponibilidade financeira geral, conforme demonstrado abaixo:

##### 1) Quociente de disponibilidade financeira - Exceto RPPS

A	TOTAL_DISP_BRUTA_EXCETO_RPPS	R\$ 12.331.643,87
B	TOTAL_DEMAIS_OBRIGAÇÕES_EXCETO_RPPS	R\$ 674.473,27
C	TOTAL_RPP_EXCETO_RPPS	R\$ 2.452.991,74
D	TOTAL_RPNP_EXCETO_RPPS	R\$ 1.100.000,00
QDF	(A-B)/(C+D)	3,2809

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 212855/2023, pg. 39.

#### 4.3. Quociente da Situação Financeira – QSF





47. A análise do Quociente da Situação Financeira – Exceto RPPS – indicou superávit financeiro no valor de **R\$ 8.104.178,86** (oito milhões, cento e quatro mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos), considerando todas as fontes de recursos, conforme cálculo abaixo:

**1) Quociente da Situação Financeira (QSF)**

A	TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 12.331.643,87
B	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 4.227.465,01
QSF	A/B	2,9170

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 215184/2023, pg. 38.

## 5. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

### 5.1. Educação - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Fundeb

48. Segundo o Relatório Técnico Preliminar, o município aplicou na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), o montante de **R\$ 20.305.837,02** (vinte milhões, trezentos e cinco mil, oitocentos e trinta e sete reais e dois centavos), correspondente a **27,81%** (vinte e sete inteiros e oitenta e um centésimos percentuais) da receita base de **R\$ 73.004.551,48** (setenta e três milhões, quatro mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e oito centavos). Portanto, o município cumpriu o limite mínimo de **25%** (vinte e cinco por cento) estabelecido no art. 212 da CF/1988.

49. Com relação ao Fundeb, a Secex registrou que o valor arrecadado somou **R\$ 14.127.518,62** (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos), sendo que os rendimentos sobre aplicações financeiras corresponderam a **R\$ 384.579,25** (trezentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

50. A Secex mencionou ainda que foi aplicado o valor de **R\$ 11.997.606,25** (onze milhões, novecentos e noventa e sete mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos) na remuneração e valorização dos profissionais do magistério – ensinos infantil e fundamental, importância correspondente a **82,67%** (oitenta e dois inteiros e sessenta e sete centavos percentuais) da receita do referido Fundo. Desse modo, o município cumpriu o limite mínimo de **70%** (setenta por cento) estabelecido no art. 212-A da CF/1988 (incluído pela Emenda Constitucional n.º 108, de 26/8/2020) e no art. 26 da Lei n.º 14.113/2020.

79. No tocante ao Fundeb 50% e Fundeb 15% - Complementação da União, a





Secex informou que não houve registro de recebimento de recursos do Fundeb/complementação da União.

## 5.2. Saúde

51. Conforme anotado pela Secex, o município aplicou em ações e serviços públicos de saúde o montante de **R\$ 25.339.249,01** (vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais e um centavo), correspondente a **35,71%** (trinta e cinco inteiros e setenta e um centésimos percentuais) da receita base, que foi de **R\$ 70.956.307,47** (setenta milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e sete reais e quarenta e sete centavos). Portanto, o município cumpriu o limite mínimo de **15%** (quinze por cento) dos recursos oriundos da arrecadação dos impostos, inclusive as provenientes de transferências, na forma prevista nos arts. 156, 158 e 159 da Constituição Federal/1988 e do art. 7º da Lei Complementar n.º 141/2012.

## 5.3. Pessoal

### 5.3.1. Limites Legais

#### 5.3.1.1. Poder Executivo

52. Conforme apurado pela Secex, as despesas com pessoal do Poder Executivo totalizaram **R\$ 52.000.685,75** (cinquenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), correspondentes a **49,76%** (quarenta e nove inteiros e setenta e seis centésimos percentuais) da Receita Corrente Líquida (RCL) de **R\$ 104.495.545,34** (cento e quatro milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), não tendo atingido o limite de alerta (51,30%) estabelecido na Lei Complementar n.º 101/2000. Porém, foi assegurado o cumprimento do limite máximo de **54%** (cinquenta e quatro por cento) estabelecido no art. 20, III, alínea “b”, da mesma lei.

#### 5.3.1.2. Poder Legislativo

53. As despesas com pessoal do Poder Legislativo totalizaram **R\$ 1.995.066,76** (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil, sessenta e seis reais e setenta e seis centavos), valor correspondente a **1,90%** (um inteiro e noventa centésimos percentuais) da RCL, cumprindo o limite máximo de **6%** (seis por cento) estabelecido no art. 20, III, alínea “a”, da LRF.





### 5.3.1.3. Despesa Total com Pessoal

54. Em relação às despesas com pessoal do Município, somaram **R\$ 53.995.752,51** (cinquenta e três milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos), montante correspondente a **51,67%** (cinquenta e um inteiros e sessenta e sete centésimos percentuais) da RCL, demonstrando o cumprimento do limite máximo de **60%** (sessenta por cento) estabelecido no art. 19, III, da LRF.

### 5.4. Repasses ao Legislativo

55. Extrai-se dos autos que, conforme a Lei Orçamentária Anual e os créditos adicionais, o valor bruto do repasse ao Poder Legislativo no exercício de 2022 foi de **R\$ 4.234.991,05** (quatro milhões, duzentos e trinta e quatro e quatro mil, novecentos e noventa e um reais e cinco centavos), montante correspondente a **6,43%** (seis inteiros e quarenta e três centésimos percentuais) da receita base de **R\$ 65.790.666,34** (sessenta e cinco milhões, setecentos e noventa mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos), assegurando o cumprimento do limite máximo de **7%** (sete por cento) estabelecido pelo art. 29-A, I, da CF/1988. Vide a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 4.234.991,05	R\$ 65.790.666,34	6,43%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 2.886.727,18	R\$ 65.790.666,34	4,38%	7,00%	REGULAR
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 1.995.066,76	R\$ 4.234.991,05	47,10%	70%	REGULAR
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 1.995.066,76	R\$ 104.495.545,34	1,90%	6%	REGULAR

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, Documento Digital n.º 215184/2023, p. 145.

### 5.5. Síntese da Observância dos Principais Limites Constitucionais e Legais

56. O Quadro abaixo sintetiza os percentuais alcançados no exercício de 2022:

OBJETO	NORMA	LIMITE PREVISTO	PERCENTUAL ALCANÇADO
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	CF/1988: art. 212	Mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências	27,81%
Remuneração do Magistério	CF/1988: art. 212-A (incluído pela EC n.º 108, de 26/8/2020) e art. 26 da Lei n.º 14.113/2020	Mínimo de 70% dos Recursos do Fundeb	82,67%







<b>Ações e Serviços de Saúde</b>	CF/1988: art. 77, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	Mínimo de 15% da receita de impostos referentes ao art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, alínea "b" e § 3º, da CF/1988	<b>35,71%</b>
<b>Despesa Total com Pessoal do Município</b>	LRF: art. 19, III	Máximo de 60% sobre a RCL	<b>51,61%</b>
<b>Despesa de Pessoal do Poder Executivo</b>	LRF: art. 20, III, alínea "b"	Máximo de 54% sobre a RCL	<b>49,76%</b>
<b>Despesa de Pessoal do Poder Legislativo</b>	LRF: art. 20, III, alínea "a"	Máximo de 6% sobre a RCL	<b>1,90%</b>
<b>Repasse ao Poder Legislativo</b>	CF/1988: art. 29-A	Máximo de 7% sobre a Receita Base	<b>6,43%</b>

Fonte: Relatório Técnico Preliminar. Documento Digital nº 215184/2023.

## 6. DÍVIDA PÚBLICA

57. A Secex informou que o Quociente do Limite de Endividamento (QLE) é negativo, pois as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada, conforme demonstrado no quadro abaixo:

B	RCL_AJUSTADA_ENDIVIDAMENTO	R\$ 104.495.545,34
A	DCL	-R\$ 6.539.836,03
QLE	$\text{if}(A \leq 0, 0, A/B)$	0,0000

Fonte: Relatório Técnico Preliminar, documento digital n.º 215184/2023, pg. 40.

## 7. ASPECTOS PREVIDENCIÁRIOS

58. Os servidores efetivos do município estão vinculados ao regime próprio de previdência social e os demais ao regime geral (INSS).

### 7.1. Contribuições previdenciárias patronais e dos segurados

59. A Secex informou que, de acordo com o Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Normativa nº 12/2020-TP, o Controlador Interno informou a adimplência das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados do exercício de 2022, conforme demonstrado no Apêndice M do Relatório Técnico.

60. Consta ainda no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Apêndice N do Relatório Técnico Preliminar) enviado ao Sistema Aplic, conforme consulta realizada em 21/6/2023, a adimplência de contribuições







previdenciárias referente ao Poder Executivo.

61. Por fim, a Secex informou:

1) Com base nos documentos e informações citados, é possível concluir pela adimplência das Contribuições Previdenciárias dos Segurados devidas ao RPPS.

2) Com base nos documentos e informações citados, é possível concluir pela adimplência das Contribuições Previdenciárias Patronais devidas ao RPPS.

## 7.2. Parcelamentos das contribuições previdenciárias

62. Por meio do acesso ao Sistema CADPREV, a Secex constatou a inexistência de parcelamentos efetuados com o Regime Próprio de Previdência Social.

## 7.3. Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP

63. A Secex constatou ainda que o Município de Nova Xavantina, por meio dos CRP nº 989195-202923, 989195-210040 e 989195-217487 encontrava-se REGULAR com o Certificado de Regularidade Previdenciária, durante o exercício de 2022.

## 8. CONCLUSÃO DA SECEX

64. A Secex elaborou o Relatório Técnico Preliminar de Auditoria, de responsabilidade do Auditora Pública de Controle Externo Sra. Élia Maria Antonieto Siqueira. Após a análise do processo e, ainda, com base em informações prestadas a este Tribunal no Sistema Aplic, concluiu pela presença de 6 (seis) irregularidades, sendo 4 (quatro) de natureza grave e 2 (duas) moderadas.

### JOÃO MACHADO NETO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

**1) DB99 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVE\_99.** Irregularidade referente à Gestão Fiscal/Financeira, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

1.1) *Não houve cumprimento da meta de Resultado Primário fixada na LDO para 2022.* - Tópico - 7.1. RESULTADO PRIMÁRIO

**2) FB02 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_02.** Abertura de créditos adicionais - suplementares ou especiais – Sem autorização legislativa ou autorização legislativa posterior (art. 167, V, a Constituição Federal; art. 42, da Lei nº 4.320/1964). 2.1) Os créditos adicionais suplementares foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo, exceto, os abertos pelos Decretos 04836/2022, 04838/2022, 04841/2022, 04845/2022, 05852/2022, 04853/2022, 04860/2022, 04950/2022, 04952/2022, 04954/2022, 04956/2022, 04957/2022 no valor total de R\$ 4.068.224,85, que excederam o valor autorizado na LOA e alterações. (art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64). - Tópico - 3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS





**3) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_03.** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

3.1) *Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Excesso de Arrecadação (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964) - Tópico - 3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS*

3.2) *Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964). - Tópico - 3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS*

**4) FB99 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_99.** Irregularidade referente à Planejamento/Orçamento, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

4.1) Autorização na LDO para transposição, remanejamento ou transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro sem o estabelecimento de limites. - Tópico - 3.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

4.2) 9.1) Remanejamento, transposição e transferência de créditos orçamentários, no valor total de R\$ 41.503.171,93, *sem que a LDO tenha estabelecido limites.* - FB10 - Tópico - 3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**5) MC02 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_MODERADA\_02.** Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE-MT (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; arts. 207, 208 e 209 da Constituição Estadual; Resolução Normativa TCE nº 36/2012; Resolução Normativa TCE nº 01/2009; art. 3º da Resolução Normativa TCE nº 12/2008; arts. 164, 166, 175 e 182 a 187 da Resolução Normativa TCE nº 14/2007).

5.1) *A prestação de Contas Anuais de Governo não foi protocolada dentro do prazo regulamentar.* - Tópico - 8.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

**6) MC03 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_MODERADA\_03.** Divergência entre as informações enviadas por meio físico e/ou eletrônico e as constatadas pela equipe técnica (art. 175 da Resolução 14/2007- Regimento Interno do TCE-MT).

6.1) *Existe divergência entre o valor do orçamento final quando se compara o constante no Balanço Orçamentário da prefeitura com o informado no sistema Aplic.* - Tópico - 3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

## 8.1. Relatório Técnico de Defesa das Contas de Governo

65. Regularmente citado, o Sr. João Machado Neto, Prefeito Municipal, apresentou defesa e documentos que entendeu pertinentes<sup>3</sup>.

66. Após a análise das argumentações da defesa, a Secex expediu Relatório Técnico Conclusivo<sup>4</sup>, no qual decidiu pelo afastamento da irregularidade - FB02, pela manutenção e alteração da irregularidade FB03 (item 3.1) e pela manutenção das demais

<sup>3</sup> Defesa – Documento n.º 224952/2023.

<sup>4</sup> Documento digital n.º 236279/2023.





irregularidades.

67. Ato contínuo, o Gestor foi notificado para apresentar as alegações finais, mas não apresentou no prazo concedido, motivo pelo qual foi dispensado o parecer conclusivo do Ministério Público de Contas.

## 9. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

68. Os autos foram enviados ao Ministério Público de Contas, que emitiu o Parecer n.º 4.933/2023<sup>5</sup>, da lavra do Procurador de Contas Gustavo Coelho Deschamps, no qual, acompanhando a sugestão da 2ª Secex, opinou pela emissão de Parecer Prévio Favorável à Aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina/MT, referentes ao exercício de 2022, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 269/2007, sob a administração do Sr. João Machado Neto. E ainda, pelo saneamento da irregularidade FB02, pela alteração e manutenção da irregularidade FB03 (item 3.1), e pela manutenção das irregularidades FB99, DB99, MC02 e MC03, nos seguintes termos:

a) pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, referente ao exercício de 2022, sob a gestão do Sr. João Machado Neto, com fundamento nos arts. 26 e 31 da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT), art. 185 do Regimento Interno TCE/MT (Resolução nº 16/2021) e art. 4 da Resolução Normativa TCE/MT nº 01/2019;

b) pelo saneamento da irregularidade FB02 e pela manutenção das irregularidades FB03, FB99, DB99, MC02 e MC03;

c) por recomendar ao Poder Legislativo, nos termos do art. 22, § 1º, da LOTCE/MT, para que determine ao Chefe do Executivo que:

c.1) constar nos decretos de créditos adicionais nos quais houver transposição, remanejamento ou transferência de recursos entre órgãos e categorias de programação, a citação de que essas movimentações decorrem de lei específica e individualizada, a fim de garantir a legalidade dos atos, vedando-se a previsão de autorização na LOA ou na LDO, por afronta ao verbete sumular TCE/MT nº 20, devendo ser publicada, conforme explicado acima, lei específica para autorizar as hipóteses de remanejamento, transposição ou transferência;

c.2) realize acompanhamento mensal efetivo com o objetivo de avaliar se os excessos de arrecadação estimados por fonte de recursos e utilizados para abertura de créditos adicionais estão se concretizando ao longo do exercício, permitindo-se, assim, a adoção de medidas de ajuste para se manter o equilíbrio das contas públicas (FB 03, item 3.1);

<sup>5</sup> Documento digital n.º 236771/2023





c.3) aperfeiçoe os cálculos do superávit financeiro e do excesso de arrecadação, bem como das operações de crédito para fins de abertura de crédito adicional, verificando a efetiva disponibilidade financeira de cada fonte, de forma a resguardar o equilíbrio orçamentário e financeiro, em estrita observância ao artigo 43, da Lei 4.320/1964 e ao art. 167, II, da Constituição da República (FB 03, itens 3.2);

c.4) mantenha o Sistema Aplic em consonância com o constante no Balanço Orçamentário, evitando-se divergência nas informações (MC03);

c.5) que aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal/capacidade financeira do município e compatibilizando as metas com as peças de planejamento (DB99);

c.6) cumpra o prazo estabelecido para o envio da prestação de contas disposto na Resolução Normativa nº 36/2012 deste TCE-MT (MC02);

d) por ressaltar os fatos contábeis contidos no quociente do resultado da execução orçamentária, pela utilização do superávit financeiro para o sanar a ocorrência de déficit de execução orçamentária, mostrando-se necessário dar ciência à atual gestão da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina de que a ocorrência de déficit de execução orçamentária só é permitida quando há superávit financeiro de exercícios anteriores em valores suficientes para suprir o apontado déficit, mediante a abertura de créditos adicionais e desde que não afete o equilíbrio de caixa, princípio basilar previsto no art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

69. É o relatório.

Cuiabá, 10 de outubro de 2023.

(assinado digitalmente)<sup>6</sup>

**WALDIR JÚLIO TEIS**

Conselheiro Relator

<sup>6</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

